

“Minha cigana querida!” – entrega de medalha e moções a ciganos na Câmara Municipal do Rio de Janeiro: ciganos, religião, tradição e espaço público¹

Cleiton M. Maia – PPCIS/UERJ

Durante o meu campo de doutorado, dois eventos mostraram-se de grande importância para entender um pouco mais do que venho apresentando. Como esses ciganos, suas narrativas e performances, circulam na esfera pública da cidade do Rio, tecendo uma rede de articulações e projetos que envolvem religião, cultura, política e tradição cigana. Na etnografia que apresento, as cerimônias políticas serão objetos de minha análise e problematização, destacando as relações que possibilitaram seus acontecimentos, relações essas que estão apresentadas nas cerimônias e devem ser entendidas nesses contextos e explicitadas na densa rede que se apresenta ali, que é reafirmada e ritualizada por esses ciganos em cada uma dessas cerimônias.

A cerimônia escolhida² foi a homenagem e entrega da medalha Pedro Ernesto à cigana e advogada Miriam Stanescon, no dia 17 de setembro de 2014, na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. E é com essa etnografia que pretendo apresentar as redes, os discursos e performances dos envolvidos nessa homenagem, sua homenageada cigana, assim como cada um dos presentes envolvidos. Destaco também as categorias que acionam nas premiações, não só os ciganos envolvidos, mas também os representantes políticos e dos demais presentes. Lembro que essa rede, a qual os ciganos da cidade do Rio de Janeiro fazem parte, é multidirecional. Ela é corriqueiramente acionada por esses políticos, vereadores e deputados, seus representantes e assessores políticos.

A leitura de Avtar Brah (2008), Patrícia Birman (2012), Paula Monteiro (2012), Carly Machado (2013) e Emerson Giumbelli (2008, 2014) serão importantes pontos de referência e apoio teórico, visando discutir como as relações e entrelaçamentos, que se estabelece com projetos e práticas ciganas, vem capturando a atenção dos habitantes do Rio de Janeiro, sobre os chamados ciganos. Primeiramente, destaco o texto “Diferença, diversidade, diferenciação”, da autora Avtar Brah (2008), que trata das várias noções de “diferença” que surgiram na controvérsia sobre a categoria “negro”. A autora dá ênfase ao valor particular das diferentes articulações que foram surgindo nos anos de 1970 e 1980. Buscando distanciar-se de uma perspectiva essencialista e a-

¹ Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF.

² Após o envio da proposta, durante o desenvolvimento do paper, optei por trabalhar somente um dos eventos que havia me proposto etnografar e analisar.

histórica relativa ao estudo de gênero e raça, Brah defende uma análise das categorias empregadas segundo seus usos e contextos. Isto posto, decorre que:

”Essa ideia remete à análise de como as formas específicas de discursos sobre a diferença se instituem, são contestados, reproduzidos, (re)significados, pensando na diferença como experiência, como relação social, como subjetividade e como identidade”. (BRAH, 2008:263-274)

Assim, as práticas, os discursos e as performances dos/sobre os ciganos da cidade, e aqui representados na Câmara Municipal, apresentam formas específicas e oferecem um excelente pano de fundo para acompanhar as diferentes experiências, projetos, conflitos e desentendimentos presentes nas falas entre os agentes de governo e os ciganos envolvidos nas premiações. Visando discutir esses mediadores ciganos e suas mediações, privilegiarei a relação entre religião, tradição, cultura e política no Rio de Janeiro. Para esses ciganos, conforme acompanharemos, a sua identificação e identidade é constantemente negociada. Tal como discutido por Fredrik Barth (2000), as identidades forjam-se em suas fronteiras, seus encontros e confrontos e assim são produzidas de forma negociada nestes eventos específicos.

A homenagem à cigana Miriam Stanescon e entrega da medalha Pedro Ernesto: uma santa, mulher, pacificadora, guerreira, estudada/ilustrada e pioneira da nova tradição



³ Fotografia 1 - Entrega da Medalha Pedro Ernesto para Miriam Stanescon 2014 - Câmara Municipal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Acompanhei a cigana Miriam Stanescon⁴ em outros eventos de sua fundação, além das correntes⁵ promovidas mensalmente, mas dentre elas um convite ganhou maior destaque. O convite foi publicado pela própria cigana, de maneira pública, em seu perfil em uma rede social. A chamada anunciava que a cigana seria homenageada recebendo a medalha Pedro Ernesto no dia 17 de setembro de 2014, na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Uma imagem simples e publicada às vésperas em sua “timeline” convidava para a homenagem à cigana e sua, a Fundação Santa Sara Kali (FSSK)⁶. O convite destacava a entrega da medalha Pedro Ernesto que ocorreria durante o evento, indicando que a cerimônia seria aberta ao público e todos estavam convidados.

A Medalha de Mérito Pedro Ernesto é a principal homenagem que o estado do Rio de Janeiro presta a quem mais se destaca na sociedade brasileira ou internacional, um dos principais símbolos oferecidos pelo estado aos seus cidadãos. A honraria recebeu esse nome em reconhecimento ao trabalho do prefeito Pedro Ernesto que no site oficial da Câmara é tratado como o “modernizador” de nossa cidade, um dos diversos “símbolos de modernidade” do estado (GIUMBELLI, 2014:64) evocados durante a cerimônia. O busto do prefeito estampa os dois lados das Medalhas que faz parte do conjunto de duas medalhas entregues aos homenageados durante as cerimônias. Uma maior é presa a um colar e é colocada no pescoço do homenageado, a menor é colocada na lapela do lado direito das vestes do homenageado. Ambas são presas em uma fita de cores azul, vermelha e branca, as cores da bandeira da cidade do Rio de Janeiro.

No dia anunciado pelo convite compareci à Câmara com antecedência. A cidade estava calma, ao contrário do que ocorreu na cidade durante o correr de todo o ano. A Praça Marechal Floriano⁷ estava tranquila e sem suas habituais manifestações. A revista para entrar no prédio foi estendida, a existência de uma câmera fotográfica resultou em explicações sobre o seu uso, o tipo de imagens que seriam feitas, bem como os seus fins. Após muitas perguntas, preenchimentos de vários formulários, autorizações e explicações, consegui, enfim, passar da primeira sala do prédio. Ao subir as escadarias passei por mais um busto do prefeito Pedro Ernesto e tive de

⁴ A cigana Miriam Stanescon Batuli De Siqueira é bacharel em direito e tem orgulho de declarar-se a “primeira cigana bacharel em direito no Brasil⁴” ou a “primeira Dra. cigana no Brasil conquista realizada nos anos de 1990 na Universidade Gama Filho, no Rio de Janeiro.

⁵ Reuniões mensais e festas que ocorrem durante o ano na Gruta de Santa Sara Kali, em Ipanema – Rio de Janeiro.

⁶ Em 2003 criou a Fundação Santa Sara Kali (FSSK) que está localizada em Nova Iguaçu, região da Baixada Fluminense do Rio de Janeiro.

⁷ A praça também é conhecida popularmente como Cinelândia.

assinar mais uma lista obrigatória quando fui informado que posteriormente a presença seria publicada no Diário Oficial da Imprensa do Estado do Rio de Janeiro.

Acima um enorme tríptico⁸ encenava três cenas, duas faziam referência a dois momentos políticos históricos conhecidos dos cariocas e comumente referenciados em discursos políticos: as políticas de saneamento desenvolvidas por Oswaldo Cruz e as mudanças de urbanização no período de Pereira Passos. O último era uma representação de uma cena ilusória, com duas figuras representadas, uma masculina representada de pé com um livro na mão, e outra ao lado, uma figura feminina vestida com as cores da cidade, uma mulher que está coroada e sentada em um trono. A obra é intitulada *Deveres da Cidade* e como descrito na legenda “a figura feminina representa a cidade e a masculina, a legislação”, mais uma presença dos símbolos masculinos no estado e suas representações simbólicas do patriarcado (ALMEIDA, 1996. p.4) presente também nas artes. Após observar que a fila havia andado, assinei e fui liberado, foi quando consegui entrar no plenário.

O salão principal estava aberto e a maioria dos convidados ocupavam as próprias cadeiras dos vereadores. Algumas mulheres vestiam roupas de ciganos, não mais que cinco. As galerias estavam abertas e permaneceram o evento todo, apesar de terem sido ocupadas com poucas pessoas durante toda a cerimônia. Com dificuldade escolhi entre as poucas cadeiras vazias dos vereadores o lugar onde eu sentaria. Conversei com alguns funcionários da TV Câmara e perguntei sobre a iluminação. Contei de minha dificuldade ao entrar e quis me informar sobre os futuros procedimentos para conseguir as imagens da transmissão que iria ocorrer ao vivo. Após certas jocosidades fui informado que deveria falar com o “assessor” do vereador ou do homenageado, caso contrário teria as mesmas dificuldades encontradas na entrada. E sobre a iluminação fui informado que “era perfeita” e entendi que a minha primeira pergunta era uma crítica ao seu trabalho e que a jocosidade dos funcionários era um resultado de minha colocação malfeita.

Minha tentativa de contornar a situação foi pior que a minha entrada na conversa, mudei de estratégia e resolvi procurar esses “assessores”. Depois de duas perguntas cheguei a uma jovem, com pouco mais de vinte anos, apontada por todos como assessora da vereadora Laura Carneiro, que iria presidir a cerimônia e era a responsável pela indicação da cigana para a homenagem. A

⁸ As pinturas são de autoria de Eliseu Visconti. O artista é autor de outras obras como o pano de boca do Teatro Municipal.

jovem apresentou-se como Priscila, demonstrou-se solícita, me prometeu um DVD com as imagens e uma transcrição do evento e fez questão de informar que sempre são publicadas no Diário Oficial do Poder Legislativo do Município do Rio de Janeiro. Confesso que impressionou-me por um primeiro momento essa importância de destacar o ato de “*registrar*” (MIRANDA: 2007) assim como reafirmar esse ato de registrar pelos funcionários, assessores e envolvidos.

Após ser esclarecido pelos funcionários da casa sobre os diferentes meios de registro e também pela assessora que destacou a importância destes, à luz do trabalho de Miranda, percebo como essas ações estão inseridas em um jogo de oficializar e registrar tradições, feito de diferentes mídias envolvidas na produção de registros oficiais ali no evento. Em meio a isso tudo reconheci uma das filhas de Miriam dentre as mulheres vestidas com vestidos ciganos, cumprimentei-a e retornei a entrada do plenário. Poucos minutos depois foi anunciado que dariam início à cerimônia. Foi então anunciada a vereadora Laura Carneiro que se sentou na cadeira da Presidência.

Só então notei duas obras de arte que ornamentavam o recinto. Acima da mesa da Presidência existe um relógio enquadrado por duas esculturas de mármore representando a *paz e o trabalho*. Acima da composição um crucifixo finaliza o ornamento. Na parede superior e ao fundo o quadro que representa um painel toma a parede. A imagem tem autoria atribuída a Rodolpho de Amoêdo⁹ com o título “*A Fundação da Cidade do Rio de Janeiro no Morro do Castelo*”. O site da Câmara trata a pintura como uma tentativa de “falsear a verdade”, pois “o forte não estaria construído na ocasião, além de a fundação ter acontecido em 1º de março de 1565, no Morro Cara de Cão¹⁰”. A obra, assim como outras artísticas do palácio e que destaquei aqui, se inserem no que Giovana Loos Moreira (2016:77-78) chamou de “*projeto de construção da História da Cidade*”. Demais artistas também se ocuparam em representar a fundação do Rio de Janeiro, e até mesmo num momento posterior, no contexto da Primeira República.

A imagem pintura que retrata a missa de fundação da cidade, a fortaleza está com as portas abertas e à frente um oficial sinaliza como em um convite à porta principal do prédio. Outros soldados recebem uma comitiva de representantes da igreja católica, o turíbulo, o crucifixo e os estandartes, destacam-se no centro do quadro. Todos são observados por uma multidão de homens brancos, poucos índios e somente uma imagem feminina, à esquerda do quadro,

⁹ Reportagem “Arte no Palácio”, site: <http://camara.rj.gov.br/acervo3.php?m1=acamrio&m2=historia>, acessado em. Datado de 1923

¹⁰ Idem nota 9.

encostada no muro do forte. A mulher é a única a apontar para o ritual. A figura parece destacar como “no Brasil modelam os espaços cívicos tendo como referências *simbólica a civis/cristã*” (MONTEIRO, 2012:176), uma característica, que segundo Paula Monteiro (2012:226), garante “ao catolicismo o papel de representante e condutor da nação”, e ali os seus símbolos estavam bem representados.

Sobe esses “símbolos cívicos religiosos” (GIUMBELLI:2014) a cerimônia teve início anunciado ao microfone pela política Laura Carneiro que fez a abertura. A vereadora é uma presença corriqueira nas festividades em comemoração ao dia de Santa Sara Kali em Ipanema e é uma das poucas personalidades políticas¹¹ que recebe a oportunidade de falar ao microfone nesses eventos¹². Essa oportunidade foi cedida a poucos, na maioria dos eventos a cigana e suas filhas são as portadoras da fala e em poucas vezes foi cedida a outros representantes que sempre referenciaram a sua trajetória em paralelo ao da cigana. A vereadora Maria Laura de Souza Carneiro, na época exercendo seu mandato no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), é bacharel em direito e atualmente exerce seu quarto mandato como deputada federal pelo estado do Rio de Janeiro, mas atualmente no Partido Democratas (DEM).

A política é filha de Nelson Carneiro, político, ex-senador e ex-presidente do Congresso Nacional, a quem a vereadora faz questão de retomar e citar suas memórias em suas falas públicas. Outro político que a vereadora reverencia em suas falas é o ex-presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães, de quem foi assessora parlamentar no período de formação da Assembleia Constituinte de 1988. No ano seguinte à sua participação na Constituinte, com sua trajetória política e preceitos vinculados a esses políticos, foi eleita para seu primeiro mandato de vereadora e foi vereadora outras duas vezes. Sua atuação, além de outras¹³, está pautada na luta

¹¹ Outro político que sempre recebe essa oportunidade é o geógrafo Carlos Minc que além de longa e reconhecida luta política por direitos políticos e ambientais, é de origem judaica e sempre destaca que esses dois povos tem uma luta conjunta contra “todas as formas de preconceitos”. Em abril de 2014, retomou seu mandato na ALERJ, onde hoje ocupa a presidência da Comissão de Combate às Discriminações e Preconceitos de Raça, Cor, Etnia, Religião e Procedência Nacional.

¹² Durante os anos de 2013 até 2018, estiveram presentes os políticos Carlos Minc, Ivanir dos Santos, Leila do Flamengo, Edson Santos, além de atores como Tereza Seibnitz, que fez a cigana Dara na novela *Explode Coração* da rede globo, o ator Marcos Frota, o carnavalesco Fran Sérgio da G.R.E.S. Beija Flor e inúmeros representantes apresentados em nomes de prefeitos e outros políticos que não estavam presentes, mas enviavam alguém ao ritual anualmente como os prefeitos César Maia, Eduardo Paes e Marcelo Crivella.

¹³ Atualmente atua na Câmara dos Deputados na Comissão de Seguridade Social e da Família (CCSF), Comissão Especial destinada a elaborar proposta legislativas e a promover cultura e paz (CEPAZ), Comissão Externa destinada a acompanhar “In loco” as medidas de prevenção de desastres e auxílio à vítimas de enchente, adotadas pelo estado do Rio de Janeiro (CEXAUXRJ), Comissão Externa destinada a acompanhar a execução orçamentária proveniente dos convênios do Ministério das Cidades nas áreas de habitação, contenção de encostas e saneamento e

pelos direitos da mulher e no combate à violência contra a mulher. Até agosto de 2018 exercia a Vice-presidência da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher no Congresso (CMULHER¹⁴) e fazia parte da Comissão de Seguridade Social e da Família (CCSF) e da Comissão Especial destinada a elaborar propostas legislativas e a promover Cultura e Paz (CEPAZ). Destaco essas comissões ao falar da vereadora, pois em suas falas marca a importância da luta que compartilha com a cigana, como *mulher* e *advogada*, em busca de direitos para as mulheres e suas famílias, e assim teriam conseguido juntas ir além e consolidar, legitimar e promover alguns direitos às mulheres ciganas, suas famílias e sua cultura.

A mesa, composta em sua maioria por mulheres, foi apresentada pela vereadora, dentre elas a homenageada, sua filha e Dra. Lhuba Stanescon, a Sra. Margarida Pressburger, o Pastor Sr. Alexandre Marques, a Sra. Marta Pavese Porto e a Dra. Rita Costa Paixão. A cigana foi a última da mesa a entrar e assim como sua filha, estava vestida com trajes ciganos. Miriam trajava um vestido branco todo bordado com flores de diversas cores e com muito bordado dourado. As joias também douradas completavam o modelo. Sua filha usava um vestido vermelho e, diferente de sua mãe, usava um modelo que deixava os ombros descobertos. Outra diferença importante era a tiara e o lenço (Borriori¹⁵) portados pela matriarca. O significado do adorno foi explicado em várias ocasiões, além da própria cigana já ter feito a leitura do seguinte trecho de seu livro: “o lenço só pode ser usado por mulheres casadas. Seu cabelo, trançado em feitio de ambordinari (penteado usado pelas mulheres), é chamado de Borriori”.

Acompanhei o acontecimento com sua primogênita Lhuba, no ano de 2018 a cigana compareceu ao primeiro ritual público com borriorri na gruta de Ipanema. Em uma de suas primeiras falas ao microfone, destacou o novo adereço, resultado de sua mudança para uma mulher casada, o casamento havia acontecido há poucos meses e no evento a jovem cigana fez questão de destacar que cumpriu todas as tradições. A narrativa do evento lembrou-me de uma das primeiras reportagens que tomei conhecimento sobre a cigana. A reportagem é do Jornal do Brasil de 1973.

dos recursos do Ministério do Desenvolvimento Social a serem liberados pelo Programa Nacional de Segurança na área de assistência social com o estado do Rio de Janeiro (CEXCONVE), Comissão Externa destinada a acompanhar a apuração e as ações vinculadas aos crimes de estupro no território nacional (CEXCREST), Subcomissão Permanente de Assistência Social (SUBASSOC), Subcomissão Permanente de Previdência Social (SUBPREVI), Subcomissão Permanente de Saúde (SUBSAUDE).

¹⁴ Reportagem *Comissão de defesa dos direitos da Mulher*, publicado no <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/comissao-de-defesa-dos-direitos-da-mulher-cmulher/conheca-a-comissao/membros-da-comissao>, em 02/07/2018.

¹⁵ Explicação presente em seu livro “Lilá Romai – Cartas Ciganas”, a publicação foi um dos vencedores do “I Prêmio Culturas Ciganas” promovidas pelo Ministério da Cultura (MinC.) no ano de 2007

Na fotografia da reportagem, intitulada “*Cigana Miriam será advogada do direito e orgulho da raça*”¹⁶ a cigana com 26 anos e cabelos soltos, ainda no quinto período do curso de direito é tratada como a “primeira cigana a se formar advogada no Brasil”. Na reportagem a cigana fala de tradição, educação, direito e religião e quando perguntada sobre o casamento, a cigana Míriam diz:

“A virgindade da mulher solteira, por exemplo, é um tabu sagrado, pois o conceito vigente é que a moça que se casa deixa de ser pura. Numa casa de ciganos os santos só podem ser limpos por uma moça virgem, tal é a noção de pureza entre nós. A festa do casamento dura três dias, com fartas comidas e bebidas. Há danças e bailados ao som de uma orquestra cigana. Se durante a festa se descobrir que a moça não era virgem antes da união, pode-se pedir uma indenização em dinheiro. Mas isso raramente acontece porque ninguém quer ser exposta a essa vergonha. A cerimônia religiosa é a da Igreja Católica, mas o registro civil só é feito quando nascem os filhos e os pais querem assegurar os seus direitos de patrimônio. Pode haver separação, mas só quando os dois concordam. Nunca é por traição, coisa que não existe entre os ciganos”. (Miriam Stanescun, Reportagem *Cigana Miriam será advogada do direito e orgulho da raça* – FBN, Jornal do Brasil – 4 de fevereiro de 1973)

A cigana, desde as suas primeiras participações públicas e na mídia, como venho destacando, associou de maneira potente cultura, política, religião, mídia, projetos estatais e programas religiosos. Penso que a forma como esta rede particular pode e deve ser pensada é a partir da perspectiva que leva em consideração a ação do estado em suas diferentes formas de atuação, como sugerido por Das e Poole (2004). Entender esses projetos e ações representados ali nas pessoas que formam a mesa é entender também como esse estado vem tratando os ciganos.

A obra de Veena Das e Deborah Poole (2004) é outra contribuição analítica e metodológica para pensar uma “antropologia das margens” do estado. As autoras se distanciam da imagem do estado como “uma forma de organização política administrativa racionalizada enfraquecida ou menos articulada” (2004) em suas margens. Assim, em contraponto a uma leitura weberiana do estado racional, como destacam as autoras, é possível a “produção de um ângulo privilegiado de compreensão que se concentra no modo como as políticas públicas nas margens moldam as práticas políticas, regulatórias e disciplinares, que constituem o que se chama de estado” (2004: 21). Assim, como as autoras, proponho-me ao invés de pensar o estado a partir da ideia de ausência em suas margens, discutir os modos de presença do estado nestas margens, e em específico as suas práticas com os ciganos, possibilitando um olhar mais complexo sobre o estado, rompendo com a visão de um estado exclusivamente racional.

¹⁶ Fundação Biblioteca Nacional. Jornal do Brasil. Domingo, 4/2/73.

Assim como descrito na reportagem, a primogênita narrou seu casamento, equiparado ao da mãe, detalhadamente encaixado na tradição cigana, conforme o modelo exposto na reportagem do jornal. A questão da virgindade foi defendido como elemento da tradição cigana muitas vezes em eventos da cigana, o debate virou reportagem de capa do Jornal do Brasil em 1996, Na reportagem *Cigana tenta censurar sexo em telenovela*, a cigana moveu uma ação contra a Tv globo defendendo o assunto, segundo a cigana:

Um mandado de segurança garantiu ontem a exibição dos capítulos 50 e 51 da novela *Explode coração*, da TV Globo, cuja exibição fora suspensa por uma liminar a favor de Miriam Stanescon, cigana que vê na novela a história de sua vida. Miriam entrou na Justiça porque soube que a personagem Dara (interpretada pela atriz Teresa Seiblitz) se entregaria a Júlio Falcão (Edson Celulari) antes do casamento, contrariando a tradição entre as ciganas, que se casam virgens. Até ontem, Dara continuava virgem. Miriam insistirá na Justiça para que a tradição seja respeitada. (Jornal do Brasil, 3 de Janeiro de 1996¹⁷)

A matriarca, que por problemas vocais que vem se agravando a cada ano, pouco falou nesse evento, mas em uma das poucas vezes que isso aconteceu, foi logo após a explicação que a filha deu sobre o seu boriורי, e introduziu uma história, de outro véu que e outra cigana, o da imagem de Santa Sara Kali que está afixada na gruta. A cigana levantou de sua cadeira e ao microfone, prostrada de frente para a gruta e referindo-se a santa, contou que em uma noite “Em um sonho Ela apareceu para mim e pediu o véu Dela. Durante o sonho a santa perguntou: eu não sou cigana?”. Em sua narrativa destacou: “No dia seguinte, quando acordei, eu mesma bordei o véu e coloquei Nela”. A cigana fez questão de explicar que por esse motivo nunca mais representou a santa sem o *seu véu*, e assim a fez no seu livro, imagens que “gentilmente cedidas” para ilustrar a cartilha publicada pelo Governo Federal e Ministério da Cultura, de sua autoria. O boriורי, que é um item das vestes da mulher cigana, muitas vezes defendido como tradição das mulheres da sua cultura, ganha um sentido duplicado incorporando a cultura cigana e o valor sagrado se véu, o objeto foi defendido e incluído pela homenageada durante a elaboração do texto cartilha.

A cartilha, “*Povo cigano – o direito em suas mãos*”, assim como as secretarias, seus atores e projetos que ela representa são rememorados e celebrados. O texto apresenta em seu início ter por objetivo: “Conscientizar os membros da comunidade cigana que evolução não é perda de tradição e que só através da escolaridade, da informação e tendo acesso à cultura, é que se pode reivindicar e lutar por nossos direitos”, como referenciado no título, a cartilha tem o objetivo de esclarecer os direitos dos ciganos nascidos no Brasil que tem “os mesmos direitos dos outros

¹⁷ Divisão de periódico - Jornal do Brasil, 3 de Janeiro de 1996 Fundação Biblioteca Nacional (FBN)

cidadãos”, as demais propostas foram apresentadas e aprovadas na IX Conferência Nacional Direitos Humanos e na I Conferência Nacional de Promoção de Igualdade Racial, e publicadas no material¹⁸. O material, que estarei apresentado ao longo do texto, foi publicado com apoio da Secretaria especial de Políticas da Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Secretaria de Identidade e da Diversidade Cultural, Secretaria Especial de Direitos Humanos, além da Fundação Santa Sara Kali, associação premiada com a cigana na noite.

Após todos estarem sentados, a vereadora fez questão de ler, para deixar registrado o texto cansativo referente ao requerimento à concessão da medalha¹⁹. O texto era uma apresentação dos trabalhos e cargos ocupados pela homenageada. Em determinado momento a leitura obrigatória pareceu desnecessária. Dentre o longo, graduado e respeitoso texto, a leitura deu destaque a:

“Cigana do clã Kalderash, brasileira, neta de Nicolas Michael Stanescon e Iordana Stanescon, filha de Elza Stanescon, casada, mãe de 5 filhos, Rainha Cigana, Presidente da Fundação Santa Sara Kalí, autora da CARTILHA CIGANA intitulada: “POVO CIGANO – O DIREITO EM SUAS MÃOS” e do “Lilá Romai – Cartas Ciganas”, que além de resgatar o oráculo dos verdadeiros ciganos, resgata os verdadeiros costumes e tradições deste povo milenar, que passa até este momento, suas tradições, culturas e crenças de forma oral. Delegada da “1ª Conferência da Mulher no Rio de Janeiro”, representando a Mulher Cigana em 2004. Delegada Nacional dos Direitos Humanos representando o Povo Cigano. Delegada Nacional do Movimento da Mulher representando a Mulher Cigana. Delegada Nacional da 1ª Conferência de **Discriminação** e Promoção de Igualdade Racial. Conselheira da CNPIR – Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial do ano de 2008 à 2012. Atualmente integrar a Comissão do Conselho e cadeira de Delegada da OAB/RJ e faz parte da Comissão Contra a Intolerância Religiosa do Governo do Rio de Janeiro.” (Solenidade realizada em 17 de setembro de 2014 - Diário Oficial do Poder Legislativo do Rio de Janeiro – Ano XXXVIII – n 180, acervo pessoal).

Em seguida, o violinista Allyrio Mello foi logo apresentado e convidado a fazer a execução do hino nacional ao som do violino. Após a apresentação a vereadora agradeceu e elogiou o músico por sua performance e o “toque cigano” empregado durante a execução, assim como fez questão de lembrar que o músico “sempre está presente em todas as comemorações e homenagens a Miriam Stanescon²⁰, e por isso não poderia ser diferente, pois é proveniente do povo cigano e também foi homenageado”. O músico, que durante o carnaval com a G.R.E.S. Grande Rio me surpreendeu e gerou estranhamento por não estar na Ala 14 com os demais ciganos que acompanhei, representantes da música e dança cigana como ele. Mas não, como ocorrido em

¹⁸ A Cartilha Povo Ciganos: o direito em suas mãos, está disponível em <http://static.paraiba.pb.gov.br/2016/05/cartilha-ciganos.pdf>, acessado em 05 de novembro de 2018.

¹⁹ O documento está disponível na íntegra em <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1316.nsf/6e46ba2f78469a0b03257759005297cf/f0c190c4dbc1958083257d380050a4ca?OpenDocument>, acessado em 05 de novembro de 2018.

²⁰ O músico é uma presença constante nas atividades, festas e comemorações organizadas pela cigana.

outros eventos da cigana, o violinista foi o único homem²¹ a ter destaque como cigano, e o único legítimo representante da música cigana. Uma das principais tradições da “cultura dos ciganos” para a homenageada da noite, e ali na Câmara foi a apresentação do *hino nacional*²² pelo violinista de “alma de cigana” de Miriam Stanescon, longe da rede acionada pelo também violinista Mio Vacite no carnaval de 2015.

Além da música, a dança foi outra individualidade dessa cultura lembrada na noite e não poderia deixar de ser representada. A bailarina Daniela Monerat, que até o presente dia não a conhecia, ficou responsável pela única apresentação da noite, após apresentada ao microfone a sua performance sucedeu o violinista. A mesa não demonstrou encantamento e, diferente do músico, os agradecimentos à bailarina foram curtos e ela logo se retirou. A vereadora continuou as apresentações aos convidados. Em seguida, a Dra. Delegada aposentada da Polícia Civil Maria Camardella foi apresentada entre os presentes ao microfone, assim como a homenageada, foi apresentada como uma “mulher da baixada” e “uma defensora da causa das mulheres”. Maria dos Anjos de Souza Camardella é bacharel em Direito, foi delegada na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) no centro de Nova Iguaçu, durante os anos de 1990 e 2000, período em que “com sua amiga e advogada cigana” desenvolveram projetos de combate à violência contra a mulher. Durante os anos que sucederam a delegada foi candidata à deputada federal e vereadora em municípios da baixada.

A região da Baixada Fluminense, em especial os municípios de Nova Iguaçu²³ e Nilópolis, aparecem conjugadas em diferentes redes de micropolíticas que a *advogada* teceu, com destaque aos projetos em defesa dos direitos das mulheres enquanto atuou no Ministério Público de Nova Iguaçu, e no caso da cultura como apresentei²⁴ com a G.R.E.S. Beija Flor e Prefeitura de Nilópolis. A região da Baixada Fluminense, além de muitas vezes na narrativa e nas memórias da cigana aparecer de maneira “mítica”, onde “*Nova Iguaçu, não há preconceitos contra sua família e as de outros ciganos que moram em casas vizinhas. Cada qual vive sua vida*”²⁵, ou como lugar onde aprendeu política desde as visitas que seu nobre clã ainda na “*infância, quando*

²¹ Além do músico, os filhos e familiares e marido da cigana foram apresentados e cumprimentados ao microfone.

²² Grifo meu.

²³ Após os anos de 1990, com a emancipação a região deram origem a dois outros municípios, os municípios de Belford Roxo em 1990 e o de Mesquita em 1999.

²⁴ A aproximação da cigana com o Carnaval da cidade foram analisados em minha tese, em um primeiro momento com a participação no desfile com a G.R.E.S. Beija Flor em 2014.

²⁵ Reportagem *Cigana Miriam será advogada do direito e orgulho da raça* – Fundação Biblioteca Nacional, Periódico Jornal do Brasil – 4 de fevereiro de 1973.

o Exmo. Sr. Juscelino Kubitschek, já Presidente da República, frequentava a casa de seus pais, nos acampamentos ciganos de Nova Iguaçu²⁶”, foi a região onde a cigana legitimou suas redes de atuação nesses diferentes campos.

Antes de dar a palavra à mesa, a vereadora apresentou o Sr. Luiz Fernando Duarte de Siqueira, o marido da cigana e os seus cinco filhos, além de familiares, o seu irmão, sobrinhos e primos. Todos já haviam chamado a minha atenção antes, pois desde o início eram os presentes com trajes ciganos, em especial as mulheres com vestidos semelhantes aos das ciganas da mesa. O primeiro da mesa a falar foi o pastor Alexandre Marques, e único homem a compô-la. Apesar de buscar referências de rabo de olho na lista da cerimônia quando fotografava e de ter buscado referências também na internet, após receber a transcrição do Diário Oficial, o “pastor” continuou a ser “pastor”, sem denominação ou igreja. Para descrevê-lo a cigana citou um poema do dramaturgo Bertold Brecht e, assim como o trecho do poema dizia, chamou-o de uma “pessoa que luta todos os dias de sua vida”, e por isso “imprescindível”. O pastor destacou seu principal trabalho com a realização mensal das Cruzadas pela Paz Mundial²⁷, o local onde conheceu Miriam e viu nela uma pessoa que luta por aqueles que têm dor, referindo-se não só aos ciganos, como aos judeus, negros, mulheres, minorias religiosas, todos que sentem opressão e morte. Em seguida, o pastor compara a homenageada a Mahatma Gandhi, por ambos fazerem a opção pela paz, em defesa do que o religioso chamou de “minorias, quem não tem vez e voz, não se torna vítima, mas em agente transformador de realidade oprimida”. Ao finalizar, olhando para a cigana, fez questão de fazer seus votos:

“Tenho certeza que Santa Sara Kali e Jesus de Nazaré têm muito orgulho da vida dela, e tenho certeza ainda que Ele tivesse mais orgulho de mim e de outros como eu, ao invés de fazer perseguição aos ciganos, soubéssemos ser livres e nômades nas asas da liberdade, liberdade pela qual esse povo, de alguma forma, sempre orientou. Sempre vou pedir a Santa Sara Kali e a Jesus de Nazaré para que eu consiga continuar abençoando essa mulher, que eu, sendo pastor, seja mais uma ovelha dela, e tenha o privilégio de ser sempre seu amigo, podendo, até o fim, sonhar o sonho dela, que é o sonho pela liberdade. Que Deus a abençoe eternamente”. (Solenidade realizada em 17 de setembro de 2014 - Diário Oficial do Poder Legislativo do Rio de Janeiro – Ano XXXVIII – n 180, acervo pessoal²⁸)

Assim que a vereadora retomou a palavra fez questão de expor uma dúvida ao microfone: “Pastor protestante pode casar?”, causando uma estranha sensação de desconforto, sorrisos

²⁶ Requerimento de Nº 665/2014 : A Concessão da Medalha Pedro Ernesto a Mirian Stanescon Batuli de Siqueira.

²⁷ Nome o qual a cigana batizou a corrente mensal que fazia desde os anos de 1990 em Ipanema, a mudança ocorreu após ter fundado a FKKS no ano de 2003.

²⁸ O texto faz parte do acervo pessoal do pesquisador, o material encontrasse disponível no arquivo oficial do Diário Oficial do Poder Legislativo do Estado do Rio de Janeiro.

amarelos e olhares constrangidos entre as mulheres que formavam a mesa. Tentando não prolongar o constrangimento gerado com a jocosidade com o pastor, a palavra foi cedida a representante da Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais (FLASCO²⁹). A presença do pastor representando um líder religioso cristão, sua fala, a prioridade que lhe foi dada na abertura da cerimônia, o fato de ser o único homem à mesa, simbolizam mais do que a jocosidade da vereadora tentou disfarçar e nos ajudar a pensar. Assim como os diferentes padres, ministros e agentes religiosos cristãos que estiveram presentes abençoando e sendo abençoados nas Cruzadas Pela Paz Mundial, os ministros dão passes e os recebem, destacando a constante associação entre projetos seculares e religiosos em projetos com ciganos.

O autor Emerson Giumbelli (2002, 2008 e 2014) analisa certas modalidades de articulação e de concepção do religioso, tendo por destaque a relatividade não somente do seu sentido como também do caráter específico e variável desse domínio. O autor analisa algumas controvérsias envolvendo perspectivas seculares e religiosas relacionadas aos símbolos religiosos que abriram muitas questões sobre a natureza das relações religiosas com o Estado, onde destaca a constituição de modos de presença que permitem e legitimam o reconhecimento do religioso no espaço público (2008, p. 95). Tomo, assim, o *religioso* tal como pensado por Talal Asad (1993, 2003), e discutido pelos antropólogos Emerson Giumbelli (2002, 2008 e 2014), Patricia Birman (2003, 2012) e Paula Monteiro (2012). Compartilhando de suas preocupações ao analisar a construção das categorias “religioso” e “secular”, tendo em conta as condições históricas, políticas, as implicações ideológicas em meio a projetos da modernidade, e sua conformação a contextos específicos dos estados nacionais, no caso do Brasil coube “ao catolicismo o papel de representante e condutor da nação” (GIUMBELLI, 2008:226) como venho demonstrando em relação aos ciganos que estão inseridos dentro desse contexto nacional católico.

De acordo com a análise de Michel Foucault³⁰ (2008), o religioso e o político apresentam-se de uma forma íntima, principalmente nas bases da formação do estado moderno e nas suas principais categorias e modos de governo. No decorrer dessa obra, o autor busca analisar as categorias operativas ao mesmo tempo do religioso, com destaque às cristãs, e do político, como

²⁹ A Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flasco) é um organismo internacional, autônomo e de natureza intergovernamental, fundado em 1957 pelos Estados Latino-Americanos que acolheram uma recomendação da XI Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Atualmente está presente em mais de 19 países que cooperam em com diversos projetos na área de cidadania, direitos humanos e políticas públicas.

³⁰ Segurança, Território, População: Curso Dado no College de France 1977-1978. São Paulo: Martins Fontes, (2008).

a de ministro e pastor. O autor destaca ainda o potencial analítico que despertam para uma análise do político, do secular, do religioso e de sua constituição recíproca. Destaco aqui, em conformidade à análise de Foucault, como projetos político-religiosos como o da cigana Miriam, reafirmam projetos de salvação moral e social com caráter cristão relacionados aos ciganos. Não por menos, o pastor em sua fala destaca dentre os trabalhos da cigana, o em defesa da *paz mundial*, não só como uma representante de sua minoria, mas todas juntas e por isso um projeto “abençoado por Santa Sara e Jesus de Nazaré”, pondo-os como iguais como “ovelhas e pastores” um do outro. O ritual mensal, sua devoção à santa cigana ligada a uma história familiar e seu respeito aos sacramentos da igreja católica são análogos às orientações da *Pastoral dos Ciganos*³¹, principalmente na atuação da cigana no que o documento chama de “religiosos leigos”. O documento destaca a importância da mulher, figura indispensável na manutenção dessas tradições, e da manutenção da “família, coração e fundamento da cultura e da estrutura social dos ciganos” (2009:53).

Como destaca Patrícia Birman (2012), e presente na fala do pastor, na esfera pública “a linguagem religiosa, essencialmente ritual, teria como função ‘cimentar’ a sociedade, fortalecer a sua unidade e a complementaridade de suas diferentes ‘partes’” (2012:210), no caso os ciganos e as minorias representadas pela homenageada e os projetos que sua atuação vem alcançando. Com os seus trabalhos e atividades desenvolvidas em torno da santa, e tudo que a cigana consegue incorporar a sua imagem que a cigana vem conjugando diferentes projetos e discursos.

A autoridade e legitimidade adquiridos pela cigana, sua fundação (FSSK) e sua marca *Rorarni*³², com início em seus primeiros projetos sociais na região da Baixada Fluminense, assim como sua militância e diferentes mediações como mulher, advogada, cigana e a Cruzada Pela Paz de Santa Sara, possibilitaram a cigana um lugar privilegiado. Esse *selo* é um mediador privilegiado acionado pela cigana nos projetos que esteve envolvida, assim como por muitas vezes um legitimador para os diferentes envolvidos nas redes tecidas por ela como diferentes projetos políticos e sociais do estado e de organizações internacionais como a ONU direcionados aos ciganos, como destaque nas duas falas das etnografias a seguir.

³¹ Orientações para uma pastoral dos ciganos – Documentos da Igreja, Edições CNBB, 2009.

³² Questão apresentada na etnografia da Parte II, Cruzadas Pela Paz Mundial de Santa Sara Kali. A marca *Rorarni* é estampada em todos os produtos produzidos pela cigana. A marca está presente nos CDS, Livros, velas, baralhos, santinhos, panfletos, canetas, fitinhas, Kit – antifeitiço, imagens de Santa Sara Kali, etc.

Assim que assumiu a sua fala, a psicóloga Sra. Marta Pavese Porto, então apresentada como Coordenadora de Políticas Culturais da Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais (FLASCO), prometeu não se prolongar e cumprir com o tempo. Iniciou a sua homenagem contando como conheceu a cigana. A oradora destacou que conheceu a cigana em “1998, quando estava chegando ao Rio, a serviço do sistema ONU”, quando retornou à cidade após ter exercido o cargo de Diretora de Planejamento e Coordenação Cultural da Secretaria Municipal de Cultura de Belo Horizonte (1994 - 1996). No período em que se conheceram exercia o cargo de Coordenadora Regional do Escritório da Unesco do Rio de Janeiro (1999 - 2003), nesse momento desenvolveram seus primeiros projetos e trabalhos juntas. Ela destacou as suas atuações em parceria na arte, cultura, diversidade religiosa e políticas de gênero. A psicóloga trabalhou também na Secretária de Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura (2011) antes de ser convidada a exercer o cargo atual, somando até hoje mais de vinte anos de projetos conjuntas, e ainda em atividade. Ao continuar, lembrou momentos da amizade, principalmente os momentos de dor, emocionada disse:

“seu trabalho, ele traz confluência, essa egrégora de luz, que faz com que arte, cultura, diversidade religiosa, política, ativismo em prol da justiça e igualdade. E a essa manifestação todas que vimos aqui – a dança, a música - ela dá um toque diferente, essa espiritualidade mágica, que sempre deve ser o que guia cada um de nós numa causa.” (Solenidade realizada em 17 de setembro de 2014 - Diário Oficial do Poder Legislativo do Rio de Janeiro – Ano XXXVIII – n 180, acervo pessoal)

Em seguida, a Dra. Margarida Pressburger, a então representante do Brasil no Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU, abriu sua homenagem repetindo algo que sempre disse a Miriam Stanescon: “sou descendentes de húngaros e sem dúvidas, assim como todo brasileiro que se orgulha do seu sangue mestiço, isso se for realmente brasileiro, e eu por ser filha de húngaros, me orgulho de ter, pelo menos, uma gotinha de sangue cigano”. Sorrindo sobre a hipótese de possuir “uma gota” de sangue cigano a oradora continuou sua fala e lembrou o período em que presidiu a Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, local em que as advogadas se conheceram. Na época, presidindo a comissão, dizia a todos da casa: “não posso falar de intolerância se eu não tiver uma cigana”, destacou assim a necessidade de ter um representante cigano na comissão. Após a escolha da cigana como representantes teve a certeza de ter feito o certo, principalmente ao vê-la como uma “guerreira lutando pelo estatuto do cigano lá em Brasília”. Margarida encaminhou-se para o fim se sua fala, olhando para o pastor concordou com sua fala: “muitas vezes, como disse o pastor, ela unifica todas as religiões”. A

representante da ONU encerrou a sua fala destacando um dos trabalhos da cigana que acompanha e apoia: a sua participação na Caminhada Contra a Intolerância Religiosa, evento realizado pela SEPPIR, e em suas palavras disse:

“Miriam, nesta semana em que domingo terá caminhada em defesa da liberdade religiosa, em que, mais uma vez, que como sempre, se briga muito, contra a intolerância de religião, e intolerância de raça, essa medalha é bendita”. (Solenidade realizada em 17 de setembro de 2014 - Diário Oficial do Poder Legislativo do Rio de Janeiro – Ano XXXVIII – n 180, acervo pessoal)

Em continuidade, a então Superintendente dos Direitos Individuais da Secretaria de Assistência Social do Estado do Rio de Janeiro, a Dra. Rita Costa Paixão começou a penúltima fala da noite. Ao microfone direcionou as suas primeiras palavras à “Dra. Camardella, grande amiga e delegada”, a superintendente apresentou-se como uma companheira de longa data, assim como a homenageada e a delegada que fez questão de cumprimentar, que sempre estiveram juntas em diferentes frentes como mulheres e advogadas. Começou a falar da amiga de infância da baixada fluminense: “conheço Miriam desde criança, conheci a mãe, a baba, o Fernando, e essas crianças eu vi nascer. Miriam é para mim uma irmã”. A Dra. refere à Miriam como uma “pacificadora, que consegue contornar todas as situações, com qualquer tipo de religião”. A fala da superintendente foi uma das mais emocionadas e curtas da noite, mas não era a mais esperada da mesa, a da sua filha que ficou com a última fala antes da entrega da medalha.

Antes de receber a palavra da vereadora a cigana se posicionou ao microfone olhando para a sua mãe começou a chorar. A primogênita Lhuba Stanescon é formada em direito e atualmente Subsecretaria de Saúde e Defesa Civil de Cachoeiro de Macacu. Ao retomar agradeceu a oportunidade de “fechar as homenagens a sua mãe”. A cigana lembrou emocionada e chorando “as mulheres ciganas formadas³³ em sua família, suas lutas e o legado que cada uma delas deixou”, destacando principalmente as conquistas de sua “baba³⁴” homenageada naquela noite. A cigana destacou como sua mãe fez questão de deixar essa luta como um dos objetivos da cartilha, como é demonstrado no texto da mesma:

“Desenvolver campanhas com vista a incentivar a comunidade cigana, a permitir que as meninas ciganas tenham o mesmo direito à alfabetização, cultura e educação dos meninos ciganos.
Conscientizar os membros da comunidade cigana que evolução não é perda de tradição e que só através da escolaridade, da informação e tendo acesso à

³³ Por concluir o nível superior, uma conquista destacada pelas mulheres Stanescon como uma mudança e vitória contra as coisas que não concordam da tradição cigana, as ciganas divergem muitas vezes de outras lideranças por essa postura.

³⁴ Significa *Mãe* em romani.

cultura, é que se pode reivindicar e lutar por nossos direitos.” (Cartilha Povo Cigano)

As diferentes frentes de atuação da cigana e sua fundação referenciam-me ao texto da antropóloga Carly Machado (2013), em uma análise de um show “gospel” organizado por uma ONG cultural e com a presença de diferentes autores. A autora demonstra como tudo faz parte da constituição de um projeto específico da relação entre religioso e secular/cultural no Rio de Janeiro. No show evangélico a mediação da ONG através da ideia de “cultura da periferia” seculariza o evento, garantindo aos atores o discurso de laicidade e evitando qualquer controversa nas redes entre o estado e as instituições religiosas. A autora destaca como na cidade do Rio de Janeiro, com destaque aos anos de 1990 até hoje em dia, ONGs como o Grupo Cultural AfroReggae garantem a laicidade de parcerias políticas, por um lado, e, por outro, mediam a secularização de um projeto religioso de “paz cristã” central à pacificação fluminense. Em contraponto a essa presença, assim como a presença de seus símbolos garante um lugar de mediação privilegiado, dando o valor de um *selo*. A autora destaca:

“O ‘selo’ de legitimidade garantido pelo estado ao acionar como mediador privilegiado de suas políticas sociais uma ONG como o Grupo Cultural AfroReggae evidencia o papel de governança desta instituição, eleita como mediador privilegiado das ações estatais perante determinadas populações fluminenses – preferencialmente a população favelada carioca.” (2013, Pág. 21)

A Fundação Santa Sara Kali, assim como a cigana Miriam Stanescon atuam como um “selo” em diversas frentes de mediação de políticas públicas estatais, e organizações internacionais, com diferentes formas de atuação com projetos com ciganos. Essa diferentes frentes e redes legitimadas por esse selo culminam simbolicamente na medalha Pedro Ernesto, entregue pela vereadora, sobre a sua indicação e concordância dos componentes da mesa e tudo que simbolizam. Em continuidade à cerimônia, a vereadora retomou a palavra, Laura Carneiro agradeceu aos “funcionários da casa, que trabalham gratuitamente e não deixam de estar em nenhuma homenagem que se faça nesta casa, qualquer que seja o vereador”. Em seguida, olhou para a cigana sorrindo e dirigiu-se a Miriam pela primeira vez: “Minha cigana querida”, a cigana havia sentado à direita e dando as mãos cochicharam algo fora do microfone, de maneira imperceptível, em um gesto de carinho. Ao retornar ao microfone, Laura Carneiro fez questão de destacar o “currículo de mulher guerreira” da cigana, comparou a homenageada ao personagem que estampava a medalha oferecida na ocasião, assim como o prefeito Pedro Ernesto uma *transformadora*, uma agente capaz de modernizar a cidade. Relembra a principal luta contra o preconceito e intolerância ao seu povo, resultando na criação da cartilha cigana onde estão

inseridos os “direitos que Miriam ajudou a elaborar”. Expondo os motivos que a teriam levado a escolha da cigana para ser homenageada a vereadora encerrou:

“assim como Pedro Ernesto você transformou a cidade do Rio de Janeiro, por isso ela é considerada nossa maior homenagem (...) você é uma dessas pessoas capaz de fazer coisas novas, de multiplicar tradições, de criar e modernizar métodos, de propagar sua fé e respeitar todas as religiões.” (Solenidade realizada em 17 de setembro de 2014 - Diário Oficial do Poder Legislativo do Rio de Janeiro – Ano XXXVIII – n 180, acervo pessoal)

A vereadora endossa a cigana, não somente como um símbolo cívico de modernidade, mas sim como um símbolo cívico religioso (GIUMBELL:2014), referindo-se as mudanças, e transformações, não somente como agente política como o prefeito, mas também nas transformações desenvolvidas em seus projetos na tradição e na religião cigana. Ao som de palmas fecharam as homenagens da vereadora. Em seguida, foi feita a leitura do diploma ao microfone e as duas medalhas foram entregues à cigana, que fez questão de colocar as duas antes de iniciar os agradecimentos. A medalha menor foi colocada no vestido da cigana, na altura do seu ombro. Uma agitação entre os convidados dividiu a atenção dos fotógrafos que estavam registrando a homenageada, a chegada do Superintendente dos Direitos Individuais da Secretaria de Assistência Social do Governo do Estado do Rio de Janeiro, o Sr. Claudio Nascimento, o atrasado representante foi anunciado e agradeceu o convite. O político atua em apoio das políticas LGBT no estado e coordenou por uma década o Programa Estadual Rio Sem Homofobia, esteve no cargo até o ano de 2017 quando foi exonerado. No ano da homenagem o representante havia convidado a cigana a fazer parte, como representante cigana, da Comissão Contra a Intolerância Religiosa do Governo do Rio de Janeiro. No mesmo ano, aceitou o convite para integrar a Comissão do Conselho e cadeira de Delegada da OAB/RJ, cargos em que atua até hoje.

Conclusões: Com a palavra a Dra. Cigana.

A cigana recebeu a palavra e fez questão de agradecer a fala dos membros da mesa relembando as histórias mencionadas por cada um, os momentos de lutas compartilhados em suas trajetórias, apoiando e formando a rede em que os projetos da cigana vêm se articulando, o que possibilitou a cigana e sua associação um local privilegiado de mediação com esses diferentes projetos. A vereadora foi à primeira Laura Carneiro foi a primeira a ser lembrada pela homenagem, destacando o poio da amiga nessa relação bilateral, fez questão de sinalizar que esse apoio é abençoada por Santa Sara Kali, que assim como os seus projetos ciganos é amparada por esses projetos. Projetos esses, que são conjugados sobre o véu da santa:

“Amiga, eu queria lhe dizer uma coisa, quando a encontrei na Festa de Santa Sara, nós já não tínhamos mais esperança de fazer a festa, mas você foi pra casa do Pezão e viabilizou a nossa festa. Não fui eu, mas Santa Sara Kali que abençoou você, e vai abençoar sempre, porque você sentiu o meu desespero. Porque a festa de Santa Sara Kali, no Arpoador, deixou de pertencer somente ao povo cigano, ela é a homenagem negada ao judeu, índio, negro, ou qualquer grupo que se sintam discriminado”. (Solenidade realizada em 17 de setembro de 2014 - Diário Oficial do Poder Legislativo do Rio de Janeiro – Ano XXXVIII – n 180, acervo pessoal)

É através da inserção da figura da santa cigana que Miriam vem promovendo o seu projeto debate cívico (GIUMBELLI, 2014:33) sobre ciganos, na representação de uma mulher cigana, trabalhadora, vem reconstruindo uma tradição cristã para a cultura cigana, vivenciada também na sua experiência de vida, que é performatizada em praça pública mensalmente, e midatizadas a mais de três décadas, o que conferiu legitimidade a cigana. O projeto e religiosos operam em correlação ao projeto secular da advogada cigana como “**cimento social**” (BIRMAN, 2012:222) que ajudaria a integrar as os ciganas da nação sob hegemonia católica, como destaca em sua cartilha “Unir os ciganos no Brasil nos mesmos ideais de justiça e igualdade social, independentemente do clã a que pertençam” (2012:23).

Um segundo ponto é o protagonismo da figura de Santa Sara Kali nos projetos ciganos políticos, sociais e religiosos. A santa vem operando com o que Vitor Turner chama de *símbolo dominante* (TURNER, 2008:184) da rede tecida pela cigana. É através da *condensação* desses projetos na figura da santa que Miriam Stanescon tenta *unificar e polarizar diferentes significados em uma única formação simbólica* (2008:184), uma cultura cigana do Brasil. Como venho problematizando, o catolicismo foi historicamente assimilado como a “religião nacional” dos brasileiros (GIUMBELLI, 2008:19) e teve seus símbolos inseridos no estado como símbolos cívicos, e é através inserção da santa que a cigana aproxima seus projetos não só para o modelo cívico nacional, assim como de aproximar a outros projetos de importância como o de organizações internacionais o e da própria igreja católica.



35

Em sua fala, destacou não só as conquistas referidas, mencionou por um exemplo o ano de 2010, onde ali na Câmara do Rio de Janeiro já havia incluído dia do cigano no calendário oficial da cidade do Rio de Janeiro³⁶, assim como a comemoração a padroeira dos ciganos Santa Sara Kali. Em referencia lei nº 5.146/2010 do então vereador do Partido Humanista da Solidariedade (PHS) Marcelo Piui, o decreto inclui *O Dia do Cigano* no Calendário Oficial da Cidade do Rio de Janeiro, o texto reforça o decreto federal onde “o Dia Nacional do Cigano foi instituído pelo presidente Lula em maio de 2006 através da assinatura de um decreto. O dia 24 de Maio foi escolhido como o Dia Nacional do Cigano por ser o dia dedicado à Santa Sara Kali, padroeira universal dos ciganos”. Gesto que, para a cigana, demonstra o reconhecimento e respeito não só pelo povo cigano, mas por sua cultura e religião. Em sue agradecimento fez questão de marcar que só com esses apoios vindo da Câmara pode continuar sua luta.

Ao lembrar dos “preconceitos de raça” que sofreu quando criança em um colégio da Baixada Fluminense, Miriam relatou que “diziam que eu tinha feito macumba, feitiço, que era suja, minha

³⁵ Fotografia 2 – A Dra. Cigana Miriam Stanescon recebendo o certificado que acompanha a Medalha Pedro Ernesto - Câmara Municipal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

³⁶O Projeto de Lei Nº 459/2013, <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1316.nsf/b63581b044c6fb760325775900523a41/941570146346a69b03257bdc006677f1?OpenDocument>, acessado em 05 de novembro de 2018.

amiga Rita se lembra disso”, apontando para a superintendente e amiga da Baixada. Destaca a região da Baixada, suas lutas e redes, como o início das suas ações como advogada, mulher e cigana, mencionando a representante da ONU e a ex-delegada: “Dra. Margarida e Dra. Camardella ajudaram diversas vezes, lembro-me de um caso de uma cigana presa”. A sua formação em bacharel em direito é um dos principais marcos que a cigana destaca no seu reconhecimento, por isso sempre lembra em suas falas marcando que foi a “Primeira cigana a fazer direito em Nova Iguaçu”.

Quando fala da cidade de Nova Iguaçu, o que conquistou como mulher cigana³² e para os ciganos, aponta para seus parentes e diz: “Minhas primas, que souberam que eu iria ser homenageada aqui na Câmara perguntaram se poderia vir de cigana? Respondi, pode não, deve! Comigo pode sempre!”. Fazendo questão de citar a cartilha de sua autoria, onde conseguiu “Assegurar o uso tradicional dos trajes típicos da mulher cigana, garantindo sua entrada em todo e qualquer estabelecimento público”³⁷. Segundo Miriam, em sua trajetória não teria conquistado tudo o que conseguiu sem os apoios de algumas das pessoas presentes, como o de organizações como a ONU e a UNESCO. Miriam agradece a doutora Maria Porto, que lhe “deu apoio e chancela da UNESCO”, período em que a cigana foi indicada pela amiga representante a Embaixatriz da Paz, mas diz que perdeu para a Fernanda Montenegro. Agradeceu e firmou “não esqueço nossos trabalhos na Secretaria de Diversidade lá em Brasília”. O apoio da representante é narrado como fundamental no período em que foi representante da ONU. De acordo com a cigana, ela e a Sra. Marta Pavese Porto conseguiram desenvolver campanhas e projetos que conseguiriam garantir aos ciganos no Brasil obter o reconhecimento como grupo étnico, assim como descrito no decreto presidencial e previsto na cartilha, elaborado pela cigana: “em toda ação humanitária ou lei que beneficie as comunidades indígenas, negras e outras, inclua-se, explicitamente, a etnia cigana³⁸”. Esse reconhecimento possibilitou acréscimo da cultura cigana³³ ao Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC). Garantindo a inclusão das artes ciganas nas festividades em que se apresentem outras etnias como negros, índios e outras. Dentre eles se destacam:

“Desenvolvimento de políticas de proteção ao patrimônio cultural, biológico e conhecimento tradicional da etnia cigana, em especial as ações que tenham como objetivo a catalogação, o registro de patentes e a divulgação desse patrimônio.

³⁷ Referência ao texto do livro escrito pela cigana, citado na nota 15.

³⁸ Idem a nota 37.

Criar um conselho tutelar que possa orientar, resguardar e garantir os direitos do povo cigano.

Incentivo à participação de representantes ciganos nos Conselhos Federais, estaduais e municipais de defesa dos direitos das minorias étnicas, nos conselhos tutelares, bem como no Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, para orientação, resguardo e garantia dos direitos da etnia cigana.

Apoiar qualquer instituição ou entidade dirigidas por e para ciganos, no desenvolvimento de projetos auto-sustentáveis do ponto de vista econômico, ambiental e cultural, bem como apoiar a criação de cooperativas e outras formas de geração de renda, assegurando os meios para o desempenho de suas atividades, para que as instituições possam garantir os direitos constitucionais do Povo Cigano no Brasil, através de Termos de Parceria a serem firmados com o Ministério da Justiça.

Promover e criar cursos de alfabetização diferenciada às crianças e adultos ciganos através de unidades móveis, com programas e profissionais capacitados para uma alfabetização rápida e eficaz.

Implantação de programas de saúde diferenciados na assistência à etnia cigana pelo SUS, priorizando ações na área de medicina preventiva, segurança alimentar, fitoterapia, DST/AIDS.

Iniciar o Projeto “Cartão Educação”, para que as crianças e adolescentes sejam matriculadas em, no máximo, 24 horas nas redes públicas estaduais e municipais, sempre que chegarem com suas famílias em uma nova cidade.

Promoção de campanhas educativas e criação de cartilha relacionadas à etnia cigana, divulgação em escolas públicas municipais e estaduais, eliminação de materiais didáticos de expressões que apresentem a etnia cigana de maneira difamatória e capacitação dos professores do ensino fundamental e médio para prevenir discriminações.” (Cartilha Povo Cigano Direito em Suas Mãos, 2006)”

Para a cigana a sua luta pelos ciganos ganha novos contornos em Brasília, não por conta do “chá beneficente onde conheceu a senadora Leda Collor³⁴”, que são desimportantes ao ponto de serem citados, mas sim por pessoas como “Cláudio Nascimento, e a luta na Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CONAPIR)” onde apresentaram e aprovaram medidas em prol da “liberdade e tolerância” para/com os ciganos. Destacou que nesse período o combate à intolerância religiosa se tornou, assim como a luta pelos direitos ciganos e, especificamente, os direitos da mulher cigana, uma das suas causas mais importantes. Dentre as medidas aprovadas em torno dessa luta e que posteriormente foram anexadas à cartilha, ganham destaque:

“Desenvolvimento de campanhas públicas de combate à discriminação religiosa e de valorização da pluralidade religiosa no Brasil.

Proibição de veiculação, nos diferentes meios de comunicação, de propaganda e mensagens racistas, preconceituosas, xenófobas, discriminatórias, difamatórias, que incitem ódio contra os valores espirituais ou que lidem de forma desrespeitosa com valores e doutrinas religiosas ou reforcem preconceitos de qualquer ordem.” (Cartilha Povo Cigano Direito em Suas Mãos, 2006)

Explica que teve muita dificuldade no início, que “Tinha preconceito com o candomblé, mas conheci mãe Biá, que me explicou o verdadeiro candomblé”, o que mudou a sua opinião. Para a cigana “enquanto o negro chora a sua escravidão, o cigano chora a dor de ser expulso”, mas “são irmãos de dor nessa perseguição”. Miriam destaca que aprendeu muito com mãe Biá, com sua

trajetória em defesa das regiões afro e teve consciência da longa caminhada que teria com o movimento cigano. Essa questão me reporta a Emerson Giumbelli (2008) quando afirma que, diferente do catolicismo, o candomblé e as religiões afro-brasileiros tiveram que conquistar a sua legitimação em relação de complementaridade com o catolicismo, assegurando a sua presença caracterizada como cultura étnica. O autor ressalta que:

“as religiões afro-brasileiros sofreram, ao longo de sua existência, perseguições, inclusive oficiais, pairando sobre elas o estigma de um déficit de civilização. Magia e feitiçaria foram formas comuns de considerá-las. Ao contrário do catolicismo, as práticas afro-religiosas tiveram que conquistar seu estatuto de religião. Para tanto, a via principal foi a sua associação com um legado africano. Ou seja, a legitimação, ainda frágil, dessas religiões dependeu menos de sua adequação a um modelo genérico de religião (baseado no catolicismo) e mais de uma concepção etnicizante do religioso. O candomblé é considerado como uma parcela da África no Brasil, beneficiando-se, recentemente, de uma celebração das origens multiculturais da nação. Nesse sentido é que sua presença pode ser caracterizada pela ideia de “cultura étnica”. Mantem-se assim a relação de complementaridade com o catolicismo, pois enquanto este encarna uma das partes que compõem o todo da nação” (2008:194)

O candomblé e seus ritos, manifestações públicas, são vistos como “tradições culturais” (MONTEIRO, 2012:176) e aceito regularmente. Apoiada nesse exemplo, a cigana tomou a decisão de escrever o seu livro, que a autora distribuiu para todos presentes a mesa, disse que tinha por objetivo “transmitir o que é ser verdadeiramente cigano”, e produziu um disco onde “resgatei a memória musical cigana, de raiz cigana”. Outro espaço que é anualmente ocupado pela cigana, e outras representações ciganas³⁵, em sua luta contra intolerância é a Caminhada em Defesa da Liberdade Religiosa, que ocorre em Copacabana, Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. A Caminhada em Defesa da Liberdade Religiosa é objeto de análise do artigo “*Entre o privado e o público: considerações sobre a (in) criminalização da intolerância religiosa no Rio de Janeiro (2010)*” da antropóloga Ana Paula Mendes de Miranda (2010), onde acompanhou a Comissão de Combate à Intolerância Religiosa (CCIR), objeto de sua tese de doutorado, com destaque ao evento “Caminhada em Defesa da Liberdade Religiosa”.

Trata-se de uma manifestação realizada na orla da praia de Copacabana. Para a autora o local é escolhido por proporcionar maior visibilidade ao evento, na qual milhares de pessoas levam cartazes e faixas com suas reivindicações por reconhecimento de direitos. Para a autora a intolerância religiosa proporcionou a construção de uma agenda de reivindicações de grupos considerados minorias, e um local de visibilidade privilegiada esfera pública no Rio de Janeiro. Conciliando as suposições de Paula Monteiro (2012) acerca da esfera pública, a caminhada é tratada como um “fluxo de interações discursivas” (2012:176). que carregam as incertezas, as

aspirações, os medos e as esperanças de falantes e ouvintes (MONTEIRO, 2012:176). O que dá ao evento uma “orientação predominante cristã, que se associam a projetos seculares de paz, tolerância, respeito e a cidadania” (MIRANDA, 2009:129), que ganham diferentes sentidos. Em suas participações que pude acompanhar, a cigana Miriam Stanescon deu entrevistas ao lado do babalawo Ivanir dos Santos. Assim como a cigana, um representante do CCIR, em sua fala associou “Cruzadas Pela Paz Mundial”, promovida por ela e a “Caminhada” promovida por todos os agentes envolvidos, como bem demonstra Patrícia Birman (2012) em sua análise sobre o projeto de pacificação das favelas cariocas, o *embaralhamento das fronteiras*, a verdade, estariam dentro e fora dos circuitos de um Estado dificilmente dissociável da sociedade (2012: 223).

Outro ponto levantado pela cigana sobre a intolerância foi o fato que “aprendeu a gostar de evangélicos que os acusavam de filho do demo (demônio), isso porque nós lemos a mão e jogamos cartas”, referindo ao que alguns autores trataram como *políticas de exotização* (HUND, 1996:25 e SCHOLZ, 2014:26) que em muito tiveram grande força nas políticas dos estados nacionais e da igreja católica. Agradeceu ao pastor Alexandre Marques, personagem importante nesse processo de desconstrução, a cigana fez questão de esclarecer “desde que o mundo é mundo, sempre existiu a arte adivinhatória, só que antigamente se falava em profecia e a arte adivinhatória”, e deu uma roupagem cristã sobre a discussão das práticas de quiromancia e cartomancia, as comparando-as “a uma profecia, só muda o nome”. Contou ao pastor a história do trabalho na gruta de Ipanema, destacado na fala de Alexandre Marques, que segundo ela também foi repaginado em sua criação. Contou:

“Em 1997 quando nós começamos essa caminhada, eu me lembro de que o nome do projeto era Caravana Cigana pela Paz. Então eu acho que não tenho muito mérito, não. Eu acho que o mérito é Deus, que foi me empurrando para esse caminho. Eu estive com a Secretaria de Cultura na época, Helena Severo, e ela aprovou o projeto Caravana Cigana Pela Paz, eu cheguei em casa e tinham matado o índio Galdino, vocês lembram disso? Eu falei: Meu Deus, se Deus me deu um dom de abrir a porta do governador e de uma secretária de cultura não é só pelo meu povo que tenho que brigar. E aí fui até a secretaria de cultura e falei: Helena, vamos mudar esse projeto, não quero mais isso, eu quero fazer agora Cruzadas Pela Paz Mundial. Porque não é só pelo povo cigano que é ultrajado e perseguido”. (Solenidade realizada em 17 de setembro de 2014 - Diário Oficial do Poder Legislativo do Rio de Janeiro – Ano XXXVIII – n 180, acervo pessoal)

A “ajeitadinha” no nome do projeto, alterando o nome de “Caravanas” para “Cruzada”, foi uma tentativa de ajudar a comportar todas as “minorias” sob um discurso cristão. Ao direcionar o seu último agradecimento para a sua filha, iniciou reafirmando que a primogênita era a “Filha, prova

do amor verdadeiro com o casamento com o marido que escolhi, prova do milagre de Santa Sara em minha vida”. A homenageada ratifica como sua devoção à santa está diretamente ligada a sua relação maternal, o desejo de ser mãe que só se realizou após uma promessa à Santa Sara Kali. Encerrando a fala ela dedica a medalha às suas filhas e a todas "as mulheres ciganas do Brasil e do mundo” e apontando com o dedo explica a mulher cigana para quem dedica essa homenagem:

“as mulheres ciganas casam virgens, geralmente morrem com seus maridos e vemos novelas e filmes colocarem as ciganas como vadias. Nós sempre somos as vilãs e, no entanto, eu nunca vi nenhuma mulher respeitar os preceitos do antigo testamento como a mulher cigana. Ela não mexe em farinha de trigo se estiver menstruada, que para nós é o sopro de Deus. Quando ela passa a ser transformado em pão, ele passa a ser o corpo de Cristo. Ela não mostra as pernas, eu tenho muito cuidado quando faço a festa, para as bailarinas não mostrarem as pernas, para não serem criticadas. A mulher cigana usa decotes, mas não para ser sensual, mas sim que ela acha que as mamas são a fonte de vida dos seus filhos”. (Solenidade realizada em 17 de setembro de 2014 - Diário Oficial do Poder Legislativo do Rio de Janeiro – Ano XXXVIII – n 180, acervo pessoal)

As críticas da homenageada retoma uma questão pouco explorada, mas destaca pela autora Roswitha Scholz (2014). Para a socióloga “o anticiganismo é determinado por um critério específico associado ao sexo. Na gestão dos estereótipos correntes, *a cigana* representa *os ciganos* na totalidade”. (SCHOLZ, 2014:21). A cigana é descrita como sexualmente sedutora, bruxa, ladra, impulsiva, lasciva e desregrada, características por contraposição à dona de casa respeitável e casta. E em contraponto a isso, Miriam Stanescon descreve um modelo de mulher cigana trabalhadora, maternal, recatada e cristã. Para a cigana esse exemplo pode ser observado em Santa Sara Kali, em sua própria vida, e na vida das mulheres de sua família.

Em suas últimas palavras a cigana pede para ler um trecho de um texto do Papa da Igreja Católica, João Paulo II, que julga ser o “único a lembrar dessas dívidas históricas” com os ciganos e por isso escolhido para encerrar seus agradecimentos. A frase escolhida dizia “enquanto a humanidade não resgatar sua enorme dívida para com os nossos irmãos ciganos, nenhum de nós poderá falar de direitos humanos e cidadania”. Para a cigana, a fala do Papa representa uma confissão à perseguição e cerceamento de todos os direitos aos ciganos. E completou com uma frase de sua autoria, que costuma dizer para animar os seus iguais, pois acredita que “*Deus não dá a cruz que os ciganos não possam carregar. Também eu tenho certeza que Deus não dá estradas aos ciganos que eles não possam cavalgar. Eu cavalguei tanto que cheguei até aqui*”. A metáfora misturava símbolos religiosos como a cruz e étnicos como o

cavalo (HUND:2000), em sua maioria retratados como símbolos masculinos de poder entre a tradição cigana, e naquele momento foi uma excelente alegoria para representear-se.

Ao som dos aplausos a frase encerrou a cerimônia, todos foram convidados para a continuidade das comemorações no salão nobre, ao som do violinista Allyrio. A curta comemoração contou com a família da cigana e poucos convidados tiraram “fotos de família” (CARVALHO, 2011:99), entre amigos e com convidados para registrar o evento. A hora já havia avançado além do previsto pela programação, o que gerava grande desconforto em manter alguns funcionários da Câmara mais tempo trabalhando. A breve comemoração era sempre aliviada pela certeza que no domingo próximo estariam juntos em Copacabana, na Caminhada em Defesa da Liberdade Religiosa daquele ano.

BIBLIOGRAFIA:

ASAD, T. *Formations of the Secular - Christianity, Islam, Modernity*. Baltimore: Stanford University Press; 1 edition, 2003.

ASAD, T. *Genealogies of religion. Discipline and reasons of power in Christianity and Islam*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1993.

BIRMAN, P. *Cruzadas pela Paz: práticas religiosas e projetos seculares relacionados a violência no Rio de Janeiro*. In *religião e sociedade*, Rio de Janeiro, 32(1): 209-225, 2012.

BVTAR, A. *Diferença, diversidade, diferenciação*. Cadernos Pagu, n. 26, jan/jun, P. 329-376

BRIMAN, P. & MACHADO, C. *A violência dos justos: evangélicos, mídia e periferias da metrópole*. In *religião e sociedade*, Rio de Janeiro, Vol. 27 N 80, ano de 2003.

DAS, V. & POOLE, D. *The state na its margins. Anthropology in the margins of the state /* edited by Veena Das e Deborah Poole. Santa Fe, Novo México, School of American Research Press, p. 3 – 34, 2004.

FOUCAULT, M. *Segurança, Território, População: Curso Dado no College de France 1977-1978*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GIUMBELLI “*A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil*”, *Relig. soc.* [online], vol.28, n.2, pp.80-101. 2008.

GIUMBELLI, E. *O fim da religião: dilemas da liberdade religiosa no Brasil e na França*. São Paulo: Attar Editorial, 2002.

GIUMBELLI, E. *Símbolos religiosos em controvérsias*. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

- HUND, W. D. *O gene cigano. Ética racista e espírito do capitalismo*. In: *Zigeuner. Geschichte Struktur einerrassistschen Konstruktion*. Duisburg, 1996.
- MACHADO, C. “É muita mistura”: projetos religiosos, políticos, sociais, midiáticos, de saúde e segurança pública nas periferias do Rio de Janeiro. *Religião e Sociedade*. V. 33, Nº 2, ano 2013.
- MIRANDA, A. P. M. *Entre o privado e o público: considerações sobre a (in) criminalização da intolerância religiosa no Rio de Janeiro*. In: *Anuário Antropológico/ 2009 – 2, 2010*: 125 – 152.
- MONTEIRO, P. *Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando as religiões como discurso*. In *religião e sociedade*, Rio de Janeiro, 32(1): 167-183, 2012.
- SCHOLZ, R. *Homo Sacer e os Ciganos – o anticiganismo – reflexões sobre uma variante essencial e por isso esquecida do racismo moderno*. Editoras Antígona, Lisboa, 2014.
- TURNER, V. *Dramas, campos e metáforas – Ação simbólica na sociedade humana*. Niterói, Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.